



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6620  
Projeto de Lei nº de 2002  
Do Sr. Deputado **José Carlos Coutinho**

*"Modifica o art. 475 da Consolidação das  
Leis do Trabalho."*

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art.1º** O art.475 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art.475 A aposentadoria, em qualquer de suas modalidades não acarreta a extinção do contrato de



50A9A96349





CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalho e nem constitui motivo justo para a sua rescisão pelo empregador.

§1º O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis da Previdência Social para efetivação do benefício.

§2º Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava no tempo da aposentadoria, facultado, porém ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do art. 497.

§3º Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato”.

**Art.2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicações.

**Art.3º** Revogam-se as disposições em contrário.



50A9A96349





## **Justificativa**

O empregado, preenchidos os requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria, deve ser a oportunidade de continuar desenvolvendo normalmente o seu trabalho.

É notório que a Previdência Social enfrenta dificuldades orçamentárias, no entanto, nenhuma destas dificuldades pode justificar o cometimento de injustiças ou o estabelecimento de restrições ao exercício do direito ao trabalho. Quem quer trabalhar deve ser incentivado de todas as formas.

Além disso, a aposentadoria não pode se prestar como mecanismo indireto para rescisão do contrato de trabalho, o que ocorreria sempre que o empregador tentasse induzir o empregado a pedir o seu desligamento a fim de receber o benefício previdenciário.

A presente proposição pretende explicitar claramente na legislação trabalhista a inexigibilidade da rescisão do contrato em caso de aposentadoria. Desta forma, sendo aprovada a norma proposta, os empregados estarão resguardados contra as interpretações distorcidas e eventuais manipulações contra eles preparadas.



50A9A96349





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante do exposto, espero contar com o apoio e aprovação dos Nobres Colegas para esta medida de justiça para com os empregados em vias de se aposentar.

Sala das Sessão, 23 de Abril de 2002.

  
**Deputado José Carlos Coutinho**  
PFL-RJ



50A9A96349